

## **ENTENDIMENTO E GOVERNABILIDADE**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo, 22/09/91*

O objetivo do "entendimento nacional" que o governo e os partidos políticos estão buscando neste momento, sob o olhar desconfiado da sociedade civil brasileira, não é a aprovação do "emendão", como parece imaginar o Presidente. O verdadeiro objetivo do entendimento nacional é e só pode ser devolver a confiança ao governo da República.

Isto foi muito bem compreendido pelo senador Fernando Henrique Cardoso, quando, há cerca de dois meses, em um discurso no Senado, fez formalmente a proposta básica do entendimento. O país atravessa hoje uma crise política muito grave. Uma clássica crise de perda de legitimidade por parte do governo. Um entendimento nacional só fará sentido se tiver como resultado devolver a confiança ao governo e o tornar novamente capaz de governar.

O conjunto de emendas à Constituição que ficou conhecido por "emendão" contem medidas que sem dúvida ajudarão o governo a enfrentar a crise fiscal, que está na base da estagnação econômica e do regime hiperinflacionário hoje vigentes no Brasil. Não está, entretanto, na Constituição a causa fundamental da crise política que o país atravessa neste momento. Esta crise tem como pano de fundo o vazio político que existe neste país desde o colapso - com o fracasso do Plano Cruzado - do pacto político democrático que produziu a transição para a democracia. Tem, como causa mais geral, a crise econômica - originada na crise fiscal do Estado e no esgotamento do modelo de industrialização substitutivo de importações -, que se instalou no país desde o início dos anos 80. Tem como causas imediatas, de um lado, o fracasso da estratégia de estabilização do governo Collor, e, de outro, a explosão de suspeitas de corrupção envolvendo quase todo o governo federal, suspeitas que se transformaram em convicção por parte da sociedade na medida em que não estão sendo satisfatoriamente desmentidas.

A crise institucional que hoje se delineia já estava clara no início do ano, com o fracasso do Plano Collor I, a inviabilidade do Collor II, e as crescentes denúncias de corrupção que sugeriam que o fenômeno tornara-se sistêmico, atingindo agora todos os

níveis do governo. A aceleração da inflação nos últimos dois meses, embora não surpreendesse ninguém, ajudou a desencadear a crise. A estratégia do governo de enfrentar esses dois problemas com o emendão apenas agravou o problema, porque, de um lado, atingiu interesses de todos os setores, e de outro, não foi entendida pela sociedade como uma resposta adequada aos problemas imediatos e graves que da hora presente: a inflação tendendo à hiperinflação e a corrupção. De fato, a reforma constitucional proposta, embora orientada na direção correta, não é a solução para problemas de curtíssimo prazo, já que demora para ser aprovada e para produzir efeitos.

A crise atual transparece no noticiário, reflete-se nas pesquisas de opinião nas quais a popularidade do Presidente não para de cair. O clima geral é de indignação. Indignação legítima, mas eventualmente perigosa, porque produtora de impasse, como, por exemplo, o manifesto das principais entidades representativas dos profissionais liberais de São Paulo, publicado nos jornais com o título "Basta". Nesse manifesto, que é apenas um sintoma de um sentimento generalizado, entidades fundamentais da sociedade civil davam um basta ao Executivo, ao Legislativo, e ao Judiciário. Em um momento como este, quando há uma crise institucional em marcha, uma crítica tão forte pode ajudar a abalar o regime democrático. Na verdade, nesses momentos a oposição radical é a atitude mais fácil e mais óbvia, mas provavelmente não é aquela que mais atende o interesse nacional.

Na verdade, o que se impõe no momento é o entendimento nacional. Mas entendimento que devolva confiabilidade e legitimidade ao governo. Entendimento que torne o país novamente governável. Ora, um entendimento com esse sentido só pode se basear em uma nova estrutura para o governo, livre da corrupção, e capaz de enfrentar a crise fiscal, estabilizar os preços e retomar o desenvolvimento. Uma estrutura em que o Presidente conserve plenamente seus poderes ao mesmo tempo que os partilhe com os setores da sociedade que participam do entendimento e devolvem credibilidade ao governo. Uma estrutura em que o Ministro da Economia tenha efetivo controle das agências financeiras governamentais e total comando do programa de estabilização. Uma estrutura em que empresários e trabalhadores possam ser ouvidos em relação às políticas industrial, tecnológica e social que se tornarão viáveis a partir da estabilização.

A recuperação da legitimidade do governo depende tanto da sociedade e dos partidos políticos que a representam quanto do Presidente. Por enquanto parece não estar claro para o Presidente a gravidade da crise e necessidade de submeter seu governo a uma ampla remodelação. Por outro lado, a sociedade, perplexa, oscila entre a oposição indignada e o desalento. O Presidente, sobrestimando a reforma constitucional, declara: "ou o emendão, ou o caos". A sociedade, ameaçada, responde: "o governo é o caos". E desta forma o diálogo vai se tornando difícil, a desestabilização política, uma possibilidade concreta.

Saberemos, afinal, superar essa crise aguda sem maiores prejuízos? Será o governo capaz de recuperar aquele mínimo de apoio e de confiança da sociedade civil sem os quais não existe legitimidade nem governabilidade? Será um verdadeiro entendimento nacional possível? No momento, não há respostas claras para essas perguntas. Só há perspectivas sombrias.